

PROCESSO Nº 4907/2025
CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE
CÓDIGO CIDADES TCE/ES 2025.013E0700001.10.0004

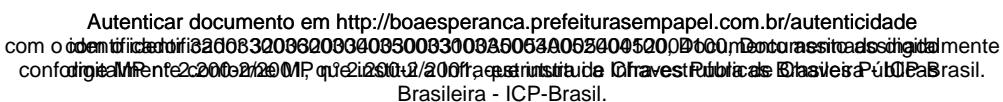
“Que entre si celebram o Município de Boa Esperança/ES e a empresa Oxandro Souza Santos - Representacao Comercial-Me”.

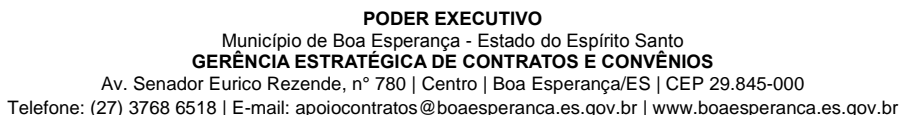
O **MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA/ES**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Senador Eurico Rezende, 780, Centro, Boa Esperança/ES, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 27.167.436/0001-26, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. **CLAUDIO RODRIGUES DA SILVA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, S/N, Nova Cidade, Boa Esperança/ES, CEP: 29845-000, doravante denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado à empresa **OXANDRO SOUZA SANTOS - REPRESENTACAO COMERCIAL-ME**, inscrita sob CNPJ de nº 24.080.166/0001-23, com sede à Rua Tiradentes, 2052, - Interlagos, Linhares - ES - CEP: 29903600, representado por **OXANDRO SOUZA SANTOS**, residente e domiciliado na cidade de Boa Esperança/ES, denominando-se a partir de agora, simplesmente, **CONTRATADA**, na melhor forma do direito, com fulcro na Lei 14.133/2021, mormente no artigo 74, inciso II com esteio na **Inexigibilidade 004/2025**, Processo Administrativo nº 4907/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes, acordam:

1.1 Contratação da empresa Oxandro Souza Santos - Representacao Comercial-Me, detentora de exclusividade no agenciamento da artista **BANDA SUÍTE FORROZEIRA**, para realização de show artístico, para o da 1ª Feira Agropecuária do Município de Boa Esperança – ES.

1.2 O presente contrato se encontra vinculado ao Termo de Referência e à respectiva proposta do **CONTRATADO**, e tem como base legal a Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto aos casos omissos;

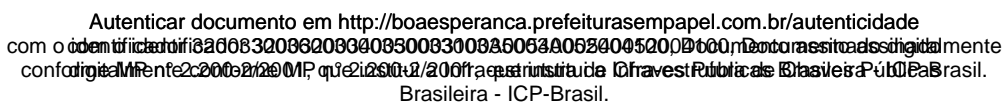
1.3 Descrição detalhada:

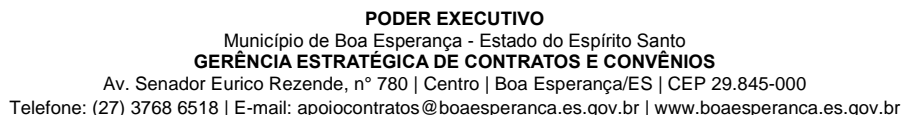




CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

g) arcar com as despesas de transporte, pagamento de funcionários, equipe técnica, encargos trabalhistas e previdenciários, taxas, impostos, hospedagens, alimentação etc.





i) A contratada fica obrigada a manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições exigidas para a habilitação na contratação, ou para qualificação na contratação direta nos termos do artigo 92 incisos XVI da lei 14.133/2021.

j) Havendo incompatibilidade dos serviços já executados, no todo ou em parte, a Contratada se responsabilizará pelos mesmos, observando as condições estabelecidas sob pena de lhe serem aplicadas às sanções administrativas estabelecidas pela lei federal 14.133/2021 e suas alterações.

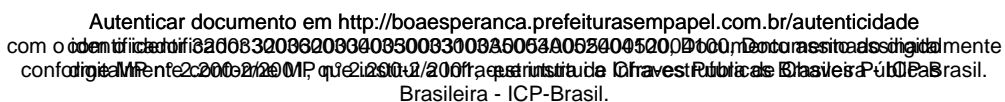
k) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

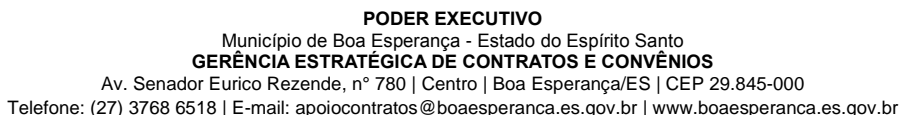
1) Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGACÕES DA CONTRATANTE

3.1 A CONTRATANTE se compromete:

- a) Disponibilizar local adequado para apresentação da **CONTRATADA**;
- b) Disponibilizar camarim e proibir visitas ao mesmo, salvo com permissão prévia da **CONTRATADA**;
- c) Realizar o pagamento no prazo e condições previstas nesse contrato;
- d) Providenciar e arcar com as despesas referentes à taxas, licenças e alvarás, necessários à realização do evento;
- e) Realizar o fornecimento de toda estrutura de palco, som, iluminação;
- f) Manifestar-se sobre os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do pedido.
- g) Revisar o cronograma para execução dos serviços, em razão das alterações, modificações ou acréscimos necessários.
- h) Paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do Contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais, procedimentos aplicados ou modificações não autorizadas;
- i) obtenção das competentes autorizações da Ordem e Sindicato dos Músicos do Brasil, ECAD.





4.1 O regime de execução será o de empreitada por preço global.

§1º. O acompanhamento, gestão técnica, financeira, operacional e fiscalização dos serviços objeto deste contrato serão exercidos por servidores a serem designados.

§2º. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por prepostos da empresa **OXANDRO SOUZA SANTOS - REPRESENTACAO COMERCIAL-ME** especialmente designado para esse fim.

§3º. Compete à fiscalização:

- a) Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços contratos;
- b) Expedir, por escrito, as determinações, e comunicações dirigidas à **CONTRATADA**, determinando as providências necessárias à correção de falhas observadas;
- c) Rejeitar todo e qualquer serviço de má-qualidade ou não especificado, além de estipular o prazo para a sua retificação, sempre por escrito e devidamente protocolado;
- d) exigir da **CONTRATADA** o cumprimento integral das obrigações contratuais;

§4º. A **CONTRATADA** declara aceitar integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**.

§5º. A fiscalização por parte da **CONTRATANTE** não exime nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** no cumprimento dos seus encargos.

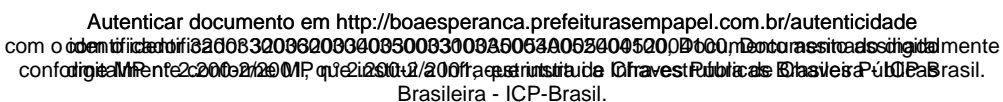
CLÁUSULA QUINTA – DA CESSÃO, SUBCONTRATAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA.

5.1 O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte, pela **CONTRATADA**.

CLAUSULA SEXTA - PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DE DOCUMENTO EQUIVALENTE

6.1 O proponente deverá assinar o instrumento contratual no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos a contar da publicação.

6.2 Se o contratado apresentar alguma restrição na regularidade fiscal, conforme consta no artigo 43 § 1º da lei complementar 123/2006, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de documentos, cujo termo inicial corresponderá no momento em que o assinar este termo de contrato, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito





9.1.3. Se a nota fiscal/fatura apresentar incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata este item começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem imperfeições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DOTACÕES ORÇAMENTÁRIAS

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Boa Esperança.

Órgão: Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo – SECULT.

Projeto Atividade: 027027.1339200193.060 – Realização de Festas Regionais e Eventos Esportivos e Culturais.

Elemento Despesa: 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ficha: 00310.

Fonte de Recurso: 17190000000 – Transferências da política nacional Aldir Blanc de Fomento da Cultura – Lei nº 1.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

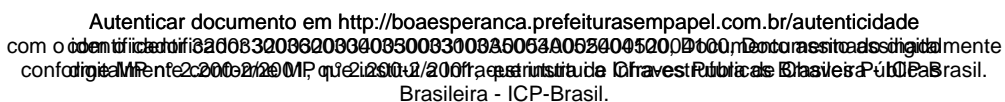
11.1 Fica assegurada à **PREFEITURA** a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle e da fiscalização sobre a execução deste contrato diretamente, conforme dispõe o art. 117, combinado com o art. 7, da Lei nº 14133/2021 e alterações.

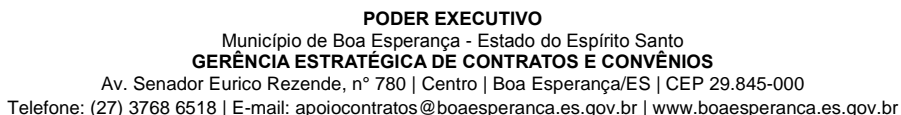
11.2 Para gerenciamento geral, acompanhamento e fiscalização operacional da execução deste contrato (Gestor e Fiscal de Contrato) será por responsável a ser designado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

12.1. A empresa responderá por todo e qualquer dano provocado a **PREFEITURA**, em virtude de erros na prestação de seus serviços pelos artistas, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **PREFEITURA**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

12.2. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todos e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **PREFEITURA**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela empresa, das obrigações atribuídas ao profissional, contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **PREFEITURA** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.





12.4 Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **PREFEITURA**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela empresa, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **MUNICÍPIO**, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do **CONTRATADO**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **PREFEITURA**.

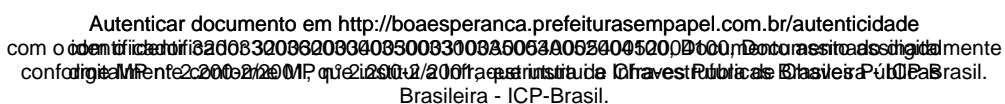
13.1. Caso a contratada venha a ensejar no retardamento do fornecimento do objeto, não mantendo a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comporta-se a de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Boa Esperança-ES, pelo prazo de até 06 (anos) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 155, da Lei Federal nº 14133/2021 e, ainda, sujeitará a licitante às penalidades e sanções previstas no artigo 156 da mesma lei, pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.

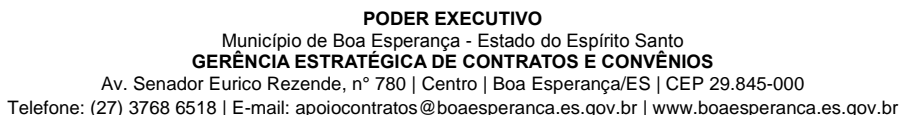
13.2 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas e advertências, aplicáveis quando do descumprimento da contratação.

13.3 Pelo atraso injustificado na realização do objeto da contratação, ou descumprimento na realização, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor do contrato, a partir dos quais será causa de extinção do contrato.

13.4 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese do FORNECEDOR injustificadamente desistir da assinatura do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a PREFEITURA, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

13.5 As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo.





13.7. Antes da aplicação das sanções de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, escrita e especificar as provas que pretender produzir conforme preceitua o artigo 158 da lei de licitações, e do disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO

14.1 O **CONTRATANTE** poderá extinguir o presente contrato por ato administrativo unilateral, amigável por acordo entre as partes ou judicialmente nos termos da legislação e nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

15.1. A contratada fica desobrigada ao fornecimento da garantia.

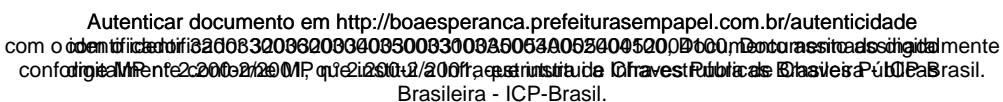
15.2. No caso do objeto não ser executado deverá o valor do adiantamento ser devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, devidamente corrigido, nos termos do artigo 145, § 3º, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato e na Lei 14.133/2021.

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

17.2 Fica eleito o foro da Comarca de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo com renúncia de qualquer outra, por mais privilegiada que seja para dirimir as causas resultantes deste instrumento.

17.2. As partes declaram estar de pleno acordo com as condições do contrato, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo se identificam e assinam.

Boa Esperança/ES 27 de junho de 2025.





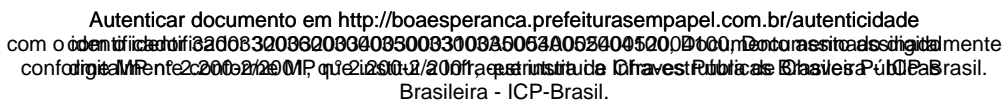
CLAUDIO
RODRIGUES DA
SILVA:02255538725

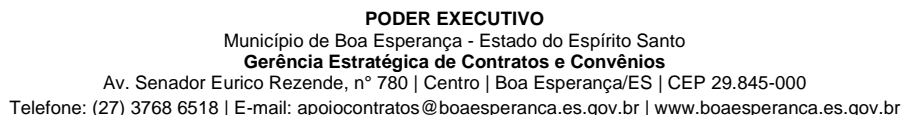
Assinado de forma digital por
CLAUDIO RODRIGUES DA
SILVA:02255538725
Dados: 2025.06.27 10:40:20 -03'00'

Documento assinado digitalmente



OXANDRO SOUZA SANTOS
OXANDRO SOUZA SANTOS - REPRESENTACAO COMERCIAL-ME
CONTRATADA





CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA/ES.
CONTRATADA: OXANDRO SOUZA SANTOS - REPRESENTACAO COMERCIAL-
ME, inscrita sob CNPJ de nº 24.080.166/0001-23.

VALOR GLOBAL: R\$10.000,00 (Dez mil reais)

Data de Assinatura: 27/06/2025

PROCESSO N° 4907/2025

CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE
CÓDIGO CIDADES TCE/ES 2025.013E0700001.10.0004

Boa Esperança/ES, 27 de junho de 2025.

CLAUDIO RODRIGUES
DA SILVA:02255538725

CLAUDIO RODRIGUES DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL



